

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

DOUGLAS DA SILVA GONZAGA

CATEQUESE CATÓLICA:
UM OLHAR HISTÓRICO-CULTURAL DE SEU PROCESSO

SÃO PAULO

2023

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

DOUGLAS DA SILVA GONZAGA

**CATEQUESE CATÓLICA:
UM OLHAR HISTÓRICO-CULTURAL DE SEU PROCESSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de BACHAREL em Teologia, sob a orientação do Prof. Ms. Dayvid da Silva.

SÃO PAULO

2023

DOUGLAS DA SILVA GONZAGA

**CATEQUESE CATÓLICA:
UM OLHAR HISTÓRICO-CULTURAL DE SEU PROCESSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para obtenção do título de BACHAREL em Teologia.

Aprovado em _____ de 20__

ORIENTADOR: Prof. Ms. Dayvid da Silva

“Missão é partir, mas não devorar quilômetros. É, sobretudo, abrir-se aos outros como irmãos, descobri-los e encontrá-los.

E, se para encontrá-los e amá-los é preciso atravessar os mares e voar lá nos céus, então Missão é partir até os confins do mundo.” (Dom Hélder Câmara).

À Senhora da Conceição Aparecida por todo amor e cuidado de Mãe.

Aos meus pais que me educaram na fé e às minhas queridas catequistas. À minha querida tia Neide Morgado e aos amigos José Iran Bezerra e Caio Ruan Carvalho que partiram para junto do Eterno Pai durante a pandemia da Covid-19.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Uno e Trino, pelo dom da vida e pelo dom da vocação, por nunca cessar de dispensar seu amor para com este pobre servo. Bem como à Virgem Maria, por seu amor maternal e pelo cuidado com esse filho. Também às Santas Josefina Bakhita e Santa Maria Madalena, pela fiel intercessão.

Aos meus pais, Fatima Gonzaga e Airton Gonzaga por todo o apoio e sacrifício que fizeram e fazem por mim e pelo bom testemunho de Cristo que sempre me deram.

Aos meus irmãos, Bruna, Aline e Henrique, por toda a paciência e compreensão em minha ausência.

À Arquidiocese de São Paulo, na pessoa de Dom Odilo Pedro card. Scherer, arcebispo de São Paulo, e de Dom Cícero Alves de França, bispo auxiliar de São Paulo e Vigário Episcopal para a região Belém.

Um especial agradecimento ao Prof. Ms. Dayvid Silva que além da análise do trabalho, correção e orientação, dedicou seu tempo com o apoio.

Aos meus amigos de curso, sem os quais o fardo seria ainda mais pesado: Gustavo Laureano, Diego Gonzaga, Guilherme Rodrigo, Willian Junior, João Edson, Vitor Brito, Thiago soares, Leonardo Machado e Ir Andréia.

Por fim, agradeço ao padre Rafael Alves, padre Cleyton Pontes, padre Alan Leite, padre José Roberto Mattos, Monielle Ferreira, Beatriz Nascimento, Andréia Vieira, Danielly Borges, Miguel Aguiar, Dêvisson Luan, Vitor Battisti, Leonardo Oliveira e a todos do Renasem, sem os quais seguir em frente seria muito difícil.

GONZAGA, Douglas da Silva. *Catequese Católica: um olhar histórico-cultural de seu processo*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. São Paulo: Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2023.

RESUMO

Esta pesquisa buscou responder as seguintes questões: De que maneira ocorreu o desenvolvimento da catequese católica desde suas primeiras organizações até os dias de hoje? Como o espaço social, cultural e econômico interfere no processo de transformação da catequese? De que modo a catequese no Brasil respondeu às transformações deste território? Como a Igreja pré e pós Concílio Vaticano II vê a catequese? Após o Concílio Vaticano II, quais foram as principais transformações e de que modo elas ocorreram no Brasil? Por meio das pesquisas bibliográficas mostrou-se a pertinência do estudo sobre o assunto. Este trabalho procurou mostrar a importância da catequese na construção do meio social, e também a importância das transformações sociais sobre a catequese. O desenvolvimento desta pesquisa procura mostrar, por meio da Sagrada Escritura, do Magistério e de teóricos da área teológica, de que modo essa ocorreu o desenvolvimento e estruturação da catequese na história. A metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa bibliográfica utilizando de obras de autores da área bem como de comentadores e artigos científicos. A estrutura do trabalho se compõe de três capítulos: 1º- Iniciação cristã na história; 2º O processo catequético no Brasil; 3º A catequese como parte das transformações histórico-culturais e teológicas.

Palavras-chave: Iniciação cristã. Catequese. Concílio Vaticano II.

ABSTRACT

This research sought to answer the following questions: How did Catholic catechesis develop from its first organizations to the present day? How does the social, cultural and economic space interfere in the process of transforming catechesis? How did catechesis in Brazil respond to the transformations of this territory? How did the pre and post II Vatican Council view catechesis? After the II Vatican Council, what were the main transformations and how did they occur in Brazil? Through bibliographic research, the pertinence of the study on the subject was shown. This work sought to show the importance of catechesis in the construction of the social environment, and also the importance of social transformations on catechesis. The development of this research seeks to show, through Sacred Scripture, the Magisterium and theorists in the theological area, how this development and structuring of catechesis occurred in history. The methodology of this work consists of a qualitative bibliographic research using works by authors in the area as well as commentators and scientific articles. The structure of the work is composed of three chapters: 1°- Christian initiation in history; 2° The catechetical process in Brazil; 3° Catechesis as part of historical-cultural and theological transformations.

Keywords: Christian initiation. Catechism. II Vatican Council.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AN – Carta Encíclica *Acerbo nimis*
GS – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*
QS – Decreto *Quam Singulari*
AD – Decreto *Ad Gentes*
OC – Moto Proprio *Orbem Catholicum*,
EG – Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*
EN– Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*
MC – Carta Encíclica *Mystici Corporis*
CT – Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*
AtM – *Moto proprio Antiquum Ministerium*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A INICIAÇÃO CRISTÃ NA HISTÓRIA	13
1.1. A iniciação cristã no tempo apostólico	13
1.2. A formação do catecumenato	16
1.3. O Edito de Milão	18
1.4. O declínio do catecumenato	19
2. O PROCESSO CATEQUÉTICO NO BRASIL	23
2.2. Catequese no período imperial e republicano	27
2.3. A Ação Católica Brasileira	30
2.4. Os movimentos catequéticos no pré-Concílio Vaticano II	32
3. A CATEQUESE COMO PARTE DAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS E TEOLÓGICAS	35
3.1. O conceito de capital cultural para uma compreensão do sujeito além da catequese	35
3.2. A relação entre catequese e escola.	38
3.3. O processo catequético brasileiro no período pós Concílio Vaticano II	41
3.4. A catequese hoje	43
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar as perspectivas e realizações acerca da catequese, mas para isso é preciso analisar antes que o homem ocidental, nascido na contemporaneidade, encontra-se sem lar significativo, ou seja, sem as estruturas que sejam fundamentais que o permitam crescer em sua vida cristã e que o auxiliem na adequada participação no processo de anúncio do Reino de Deus.

Nestes tempos em que a grande crise é a de ter que conviver com uma permanente mudança de valores, formar um novo cristão de maneira reta pode encontrar variedades de interpretações de verdades, que possam fazer alusão à mesma crise eminente dos valores pregados pela mesma fé cristã. Ou seja, a iniciação cristã está sujeita a inúmeros grupos diferentes como a política, o sistema social, a economia, o sistema religioso. Tais grupos possuem suas próprias verdades e valores, o que pode ou não favorecer o sujeito em uma concreta formação. A princípio, o que nos faria superar tal crise de valores, faz-se mister uma sólida formação da pessoa, que é protagonista do processo, que induza e instigue o homem à busca da verdade e à superação das distâncias vividas dentro do próprio processo de iniciação cristã.

De fato, a catequese é a um dos temas mais discutidos no atual contexto eclesial, conseqüentemente, aparecem inúmeras sugestões acerca deste processo, mas que nem sempre nos fazem refletir sobre a antropologia de um sujeito que está inserido no mundo, deste modo, é preciso que lancemos o olhar também para a história da catequese no Brasil.

A pesquisa aqui apresentada objetiva também traçar um panorama histórico e contextual da catequese no Brasil, destacando as mudanças ocorridas ao longo do tempo e os desafios enfrentados pelos catequistas, tanto em relação ao ensino quanto à formação dos fiéis católicos. Serão abordadas questões como a importância da catequese na formação dos fiéis e a sua influência nas transformações sociais, culturais e religiosas no país.

Parece-nos, portanto, que é precisamente para a catequese que deve se voltar o nosso olhar, onde está o encontro entre a singularidade de cada pessoa e a Pessoa de Cristo – presente em cada um – e a manifestação das exigências de sua igreja, a comunidade, onde somos sujeitos e agentes do Reino que apresenta o caminho certo para se encontrar a objetividade autêntica da catequese e de igual

modo, a salvação tanto do sujeito que pratica a ação, quanto do objeto que sobre a ação está sujeito.

A presente pesquisa se baseará em uma qualitativa de caráter exploratório, já que procura uma maior familiaridade com o tema proposto, isto é, o aprimoramento das ideias. Para tanto, usaremos o método hermenêutico-interpretativo por meio de pesquisas bibliográficas que inclui obras fundamentais como: as Constituições do Concílio Vaticano II e outros documentos do Sagrado Magistério, documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Catecismo da Igreja Católica, a Bíblia de Jerusalém, entre outros. Para que este estudo pudesse se completar, além de nos debruçarmos sobre as obras supracitadas, contamos ainda com a ajuda de outros títulos sobre o tema proposto.

A questão de pesquisa que se pretende responder é de que, as transformações da catequese não foram capazes de impulsionar o crescimento e a mobilidade que dela se esperava. Desse modo, busca-se compreender a partir da análise histórica e cultural, como a catequese se mantém e atrai para si os estudos de muitos teólogos e da Igreja.

As hipóteses dessa pesquisa são baseadas em: De que maneira ocorreu o desenvolvimento da catequese católica desde suas primeiras organizações até os dias de hoje? Como o espaço social, cultural e econômico interfere no processo de transformação da catequese? De que modo a catequese no Brasil respondeu às transformações deste território? Como a Igreja pré e pós Concílio Vaticano II vê a catequese? Após o Concílio Vaticano II, quais foram as principais transformações e de que modo elas ocorreram no Brasil? Desta forma, o objetivo do trabalho é identificar os mecanismos de reprodução social a partir da escola a fim de verificar como as desigualdades se mantêm mesmo após os processos de democratização da educação.

Sendo assim, este trabalho se justifica pela importância de delinear as etapas que a catequese vive e viveu e questionar o seu papel e suas respostas frente as transformações impostas pela história.

A estrutura do trabalho se compõe de três capítulos: 1º- Iniciação cristã na história; 2º O processo catequético no Brasil; 3º A catequese como parte das transformações histórico-culturais e teológicas.

1. A INICIAÇÃO CRISTÃ NA HISTÓRIA

A relação entre sacramentos e vida sempre foi uma preocupação da Igreja nos primeiros séculos. Tal fato transparece, sobretudo, no processo de Iniciação Cristã. Sendo assim, o presente estudo abordará a vida cristã à luz das catequeses e comentários dos Padres da Igreja.

O Catecumenato sempre exerceu papel preponderante. No passar dos tempos o Catecumenato foi reduzido apenas para o período da Quaresma. Quais foram as suas conseqüências? Apesar das controvérsias a Doutrina sempre foi assegurada pela Igreja.

Para abordarmos o tema da iniciação à cristã, percorreremos quatro etapas neste capítulo. Na primeira, apresentaremos um panorama geral da iniciação cristã no tempo apostólico. Em seguida, dissertaremos sobre o tema do catecumenato e seus desdobramentos. No terceiro momento, verificaremos alguns aspetos do Edito de Milão e suas implicações para o processo catequético a partir do catecumenato. Por fim, a abordagem seguinte versará a respeito do declínio do catecumenato.

1.1. A iniciação cristã no tempo apostólico

Na comunidade dos discípulos de Jesus, a doutrina e os ensinamentos cristãos eram transmitidos de forma natural e intensa no contato direto com o próprio Jesus e só depois a partir discípulos de seus seguidores. Em outras palavras, era o próprio Jesus que ensinava e instruía sobre a maneira de viver e de agir, seja na montanha, no lago, acolhendo as pessoas ou simplesmente alimentando quem necessitava de alimento. Neste período, a transmissão da fé não se reduzia a uma instrução orgânica, mas aqueles que estavam sendo inseridos no processo eram envolvidos nos mistérios da Boa Nova que era anunciada e envolvia o todo da pessoa.

A forma natural com que o grupo surgiu, fez também com que ele se multiplicasse, mesmo que no início não fossem denominados como cristãos, mas fossem um grupo de judeus atraídos pelos ensinamentos do Nazareno.

A partir desses primeiros seguidores surgem os demais que eram inseridos nas comunidades pela profissão de fé e o batismo e permaneciam unidos por meio do amor fraterno e principalmente pela fração do pão, a Eucaristia, motivo pelo qual se reuniam para celebrar.

Esse impulso que os encorajavam a seguirem em unidade vinha do grande acontecimento que os primeiros discípulos testemunharam, o fim de uma espera por algo prometido pelo próprio Cristo, de que eles não ficariam sozinhos, mas teriam o Consolador em favor da comunidade (cf. Jo 14,16).

O primeiro Pentecostes, portanto, é o grande impulso para a grupo ainda pequeno e temeroso de seguidores de Jesus, que após esse evento saíram da casa que servia de abrigo, e se colocam a proclamar as maravilhas de Deus que eles próprios viram e viveram ou que o Mestre prometeu que aconteceriam.

Neste grande dia, em meio ao entusiasmo do grupo, que sem temor cumpriam o mandato do Senhor de anunciar a todos os povos o Reino de Deus (cf. Mc 16,20; Mt 28,20) e aos questionamentos dos que de fora viam o acontecimento e sugeriam se tratar de um grupo de embriagados (cf. At, 2,3) nasce com alegria a Igreja. De acordo com Pierrard,

Aquele primeiro grupo judeu-cristão era uma comunidade bem temerosa. Viveu por longo tempo confinado na sala superior da casa em que Jesus havia celebrado sua última ceia. Mais logo vem o Pentecostes, o vendaval que enche a casa, o Espírito que fortalece os corações tímidos e transformam aquelas humildes pessoas em arautos tão vibrantes que, desde o início, seus ouvintes acusam-nos de estar cheios de vinho. A festa judia levava a Jerusalém uma enorme multidão (PIERRARD, 1992, p.18).

A evangelização cristã, nos primeiros séculos, centrava-se no *querigma*. Toda transmissão da fé parte do anúncio da vida, paixão, morte e ressurreição de Jesus. Dele a fé se nutre e nele encontra sua plenitude.

Esta era a tarefa que os primeiros cristãos realizavam: anunciar e ensinar. O Papa Francisco, na *Evangelii Gaudium*, nos diz que “*se vê claramente que o primeiro anúncio deve desencadear também um caminho de formação e de amadurecimento.*” (EG, n.160). A pregação ou o *Querigma* é o que dá origem à Igreja; O querigma, por assim dizer, tem um caráter explosivo, ou germinativo; parece-se mais à semente que dá origem à árvore, produz a fé no coração do discípulo.

O *querigma* foi apenas com o passar do tempo se tornando um modo estruturado entre a comunidade cristã, para o anúncio do Evangelho. Os desdobramentos mais complexos da vida da comunidade se dão com a expansão da mesma “*então, os discípulos foram anunciar a Boa-nova por toda parte. O Senhor os ajudava e confirmava sua palavra pelos sinais que a acompanhavam.*” (Mc 16,20),

cada Apóstolo assume uma característica e um público para a pregação. Pedro, por exemplo, anuncia o Evangelho aos judeus e percorre o litoral da Palestina.

Com essa estrutura e com a expansão da fé que mais a frente ela vai tomando a forma que dará início ao catecumenato. A Tradição Apostólica de Hipólito de Roma, por exemplo vem nos dar pistas do caminho que a Igreja daquele contexto ia adquirindo, como as normas, por assim dizer, em relação a Iniciação Cristã, que para Hipólito deve ser estruturada de tal modo que afaste os fiéis da ignorância, para que seja preservada a tradição e não caiam nos erros que surgiam naquele período.

Os que são trazidos, pela primeira vez, para ouvir a Palavra, sejam primeiramente conduzidos à presença dos catequistas- antes da entrada do povo- e sejam interrogados sobre o motivo pelo qual se aproximam da fé. Deem testemunho dele os que estiverem conduzidos, dizendo se estão aptos a ouvir Palavra (HIPÓLITO, p. 46).

Os membros da comunidade como um todo, estavam bem empenhados no exame, na preparação e no acompanhamento dos candidatos ao Batismo. Longe de convocação ou obrigações na adesão da fé, percebe-se nos relatos um rigor muito criterioso para os que se aproximavam da comunidade, a fim de serem introduzidos nela. Não se era exigido de cara conhecimento da fé, mas como citado, buscava-se uma real compreensão sobre os mesmos a partir do testemunho daqueles que os levaram para a comunidade. E tudo isso para que pudessem participar primeiramente da escuta da palavra, como se vê:

Ouçam os catecúmenos a Palavra durante três anos... Ao cessar o catequista a instrução, rezem os catecúmenos em particular, separados dos fiéis; as mulheres- tanto as fiéis quanto as catecúmenas- permaneçam rezando, também em particular, em qualquer lugar da igreja. Ao terminarem de rezar, não darão a paz porque o seu ósculo ainda não é santo. (HIPÓLITO DE ROMA, p. 49)

Aos poucos, com a expansão da fé cristã o até então chamado “ensinamento”, vai ganhando estrutura e forma fixa, ou seja, as palavras e as obras de Jesus são destacadas através de três principais pontos: o batismo de Jesus; pregação na Galileia; subida para Jerusalém; Paixão e Ressureição. Tudo isso é aplicado de acordo com as necessidades e realidades locais.

O movimento de expansão missionária se intensificou no século II. No ano 110, Plínio, o jovem, governador da província romana situada ao sul do Mar Negro, escreve que naquela região o progresso do Cristianismo é tão grande que os templos dos deuses estavam vazios e os sacrifícios pagãos foram abandonados. Uma carta dos mártires de Lião (177) revela a existência de uma comunidade cristã viva. Uma narração do martírio de cristãos na África indica a presença do Cristianismo no continente (180) (SOUZA, 2010, p. 23).

Portanto, o princípio do processo catequético no tempo apostólico e da expansão do Cristianismo nas comunidades fundadas pelos mesmos, é múltiplo justamente pelas múltiplas comunidades que vivem em locais diferentes e com culturas diferentes.

1.2. A formação do catecumenato

O método mais eficaz deste primeiro momento de evangelização era a pregação dos Apóstolos, sobretudo, depois de Pentecostes e podemos observar isso através dos discursos querigmáticos de Pedro em Atos dos Apóstolos nos capítulos 2,14-39; 3,12-26; 4,9-12; 5, 29-32; 10,34-43. Através da pregação, das celebrações, da catequese e da missão. Nas celebrações fazia-se memória das ações e das palavras de Jesus. Por meio da catequese os apóstolos anunciavam que o mesmo Jesus que havia sofrido a paixão e morrido na Cruz, estava vivo, ressuscitado e presente na comunidade reunida. A missão era o modo de ser e a vida do cristão que procurava configurar sua vida coma do Cristo. O testemunho reunia um número cada vez maior de seguidores que buscavam viver o que Jesus lhes havia pedido, e isto o sabiam, por meio dos ensinamentos (MIRANDA, 2012, p.71).

Mas é também verdade que a história do catecumenato constitui um campo de investigação extremamente vasto e rico. Sua extensão no tempo, a variedade de suas fontes e a amplitude de seus problemas, muitas vezes não permitem realizar um estudo com profundidade. Muito do conteúdo produzido sobre o catecumenato tem, na questão litúrgica, reduzido este especto apenas aos ritos batismais e também o próprio catecumenato como um todo, a apenas este ponto do método catecumenal, correndo o risco de não perceber toda a riqueza e solicitude da Igreja primitiva e relação as exigências para admitir ao batismo os convertidos que se apresentavam.

Mesmo nas situações narradas na Sagrada Escritura sobre a recepção do

batismo e que não havia todo o tempo que depois será exigido como preparação, os apóstolos insistiam sobre a necessidade da fé e do arrependimento (Cf. At 2, 37-41; 8, 12; 16, 31; 18, 8). Este princípio de “avaliação” dos que buscavam aderir a fé, guiou a Igreja missionária em sua função maternal durante o decorrer dos três primeiros séculos.

Para Tertuliano, o batismo é o “selo da fé”, de uma fé que previamente em cada um é preciso despertar e aprofundar e do mesmo modo realizar com a iniciação cristã, que necessita de um caminho progressivo, desde o Temor de Deus até a experiência sacramental de Deus, que se dará através de uma fé madura e penitente.

Por volta do ano 200, os catecúmenos de Cartago apresentavam lentidão em concluir seu processo de conversão, e neste sentido, é dito que essa demora procede de uma confiança temerária na força do batismo. Sobre este ponto cabia aos catequistas o ensinamento e o discernimento sobre a sinceridade dos candidatos para evitar serem enganados por aqueles que poderiam aproximar-se sem sinceridade da fé, como podemos ver:

Que aqueles que têm essa função saibam que o batismo não deve ser dado de ânimo leve. “Da a quem lhe pedir”, em seu sentido próprio, refere-se a esmola. É muito mais conveniente se ater a esse outro ditado: “Não de as coisas santas aos cães nem de vossas pérolas aos porcos”, ou também: “Não imponha as mãos de ânimo leve e não se tornará cúmplice dos pecados.” (AGOSTINHO, 2019, P.91).

O batismo é certamente um dom de Deus, mas um dom que, para ser eficaz, supõe por parte do homem uma verdadeira mudança de vida, uma transformação de costumes à luz da lei de Cristo. Sendo assim, o catecumenato, de maneira precisa, é neste período a estrutura que a igreja tem para a instrução de quem chega, e a ministração dos sacramentos. Tudo isto não se resumia apenas a formações, mas muito mais no testemunho, no discernimento e na celebração. É visto, assim, a necessidade de um período preparatório ao batismo que permita ao candidato, mudar efetivamente de vida em função de sua nova fé para que a recepção do sacramento não seja uma simulação.

A questão que se levanta aqui é que todo esse processo de instrução muito precisa da Igreja acerca daqueles que aderiam a fé, e justamente em períodos de

perseguição, que vez ou outra sinalizavam paz para os cristãos, mas que de fato, até a publicação do Edito de Milão, não havia se dado por completo. Com a conversão do imperador Constantino em 313, a Igreja com suas várias comunidades e mesmo o processo de iniciação cristã, que se dava por meio do processo catecumenal, passa por grande mudança, como vemos na instrução da *Didaqué* a respeito do Batismo:

No que diz respeito ao batismo, batizai em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo em água corrente. Se não tens água corrente, batiza em outra água; se não pudeste em água fria, faze-o em água quente. Na falta de uma e outra, derrama três vezes água sobre a cabeça em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Mas, antes do batismo, o que batiza e o que é batizado, e se outros puderem, observem um jejum; ao que é batizado, deverás impor jejum de um ou dois dias (*Didaqué*, p.26).

Começamos a observar, ao observar um dos testemunhos mais antigos sobre o rito batismal, que é a *Didaqué*, tanto uma simplicidade, quanto uma certa liberdade de forma.

1.3. O Edito de Milão

É importante destacar que todo esse processo inicial de estruturação não foi tão romântico quanto estamos inclinados a acreditar, mas ao contrário, foi um período de muitas perseguições do Império para com aqueles que abraçavam a fé e buscavam viver de acordo com os costumes do novo grupo que ia ganhando cada vez mais força, pois é importante saber que o Cristianismo era antes de tudo, em relação ao mundo, visto como um modo de ser. Essas perseguições movidas aos cristãos no Império Romano abrangem um período de dois séculos e meio, desde 64 a 313.

As perseguições se dão primeiramente pelo Império Romano que era imenso, pois possuía regiões bem diferentes como a Gália, Europa central atual (até o rio Danúbio), Grécia, Macedônia, a Ásia Menor (atual Turquia), a Síria, a Palestina, a África do Norte, a Líbia, Egito, e os territórios que hoje formam a Itália.

Todos esses territórios não eram governados por uma única administração, mas até a morte de Herodes, a Palestina forma um Estado relativamente independente. Depois da morte de Herodes, o território ficará sob o domínio do governo de Roma. Esses territórios conquistados por Roma são divididos em regiões denominadas províncias.

A primeira perseguição geral -porque na verdade os cristãos não chegaram a gozar nessa época nenhum período de tranquilidade absoluta- começou no tempo de Nero e durou provavelmente até a morte deste imperador (68). Em 64, Nero provocou em Roma um incêndio de enormes proporções, que reduziu boa parte da cidade a cinzas. O imperador faz com que os cristãos então paguem por este crime, imputando à eles o crime cometido, fazendo-os sofrer as piores torturas. Na sucessão vieram outros perseguidores como Domiciano, Trajano, Adriano, Antonino, Marco Aurélio, Septímio Severo, Maximio Trácio, Décio, Valeriano, Aureliano, Diocleciano... (Souza, 2010).

No ano 305, Diocleciano abdicou, e ficou com o governo do Oriente o imperador Galério que tomou por colega Maximiano. Galério, estando doente, publicou um edito que permitia certa liberdade aos cristãos. Maximiano continuou por sua parte a perseguição, e em 307, o imperador, assina o edito que concedia liberdade aos cristãos, mas depois voltou a persegui-los até que veio a morrer no ano 313.

Como o governo do Ocidente pertencia a Maximiano e a Constâncio, o primeiro abdicou em 305 e sucedeu-o Maxêncio; o segundo morreu em 306 e teve por sucessor seu filho Constantino. Foi este o instrumento para naquele período, cessar as perseguições contra a Igreja.

Em 313, Constantino, Imperador do Ocidente, e Licínio, um dos césares do Oriente, reuniram-se em Milão e decidiram dar aos cristãos liberdade de culto e restituição dos bens que lhes haviam sido confiscados. Este ato, que inaugurou para a Igreja uma era de paz, é geralmente conhecido como Edito de Milão.

Constantino declarou-se cristão e atribuía as suas vitórias ao favor divino e exprimia o desejo de que todos os seus súditos abraçassem a fé cristã. Neste período e contexto o cristianismo tem grande impulso e considerável crescimento, mas não se pode afirmar o mesmo vigor em relação a qualidade do processo de adesão desses novos membros da comunidade cristã.

1.4. O declínio do catecumenato

É importante mencionar o esforço realizado pelos Padres da Igreja não se deixar levar por um erro fatal neste caminho de construção da fé. Eles foram os primeiros a reconhecer certo declínio não somente naqueles adultos que vão

mostrando cada vez mais um atraso considerável na recepção do batismo, mas também em relação aos sacerdotes que se sentem tentados a admitir ao batismo, homens que pretendem ter a fé sem viver de maneira cristã.

Ante esses abusos, não demoravam em recordar a doutrina tradicional segundo a qual, a salvação só se concede por meio do sacramento, mas àqueles que têm uma fé verdadeira e vivem uma vida de acordo com esta fé. Desta dupla exigência emana a necessidade de um processo catecumenal.

O ponto de partida deles sempre se situa na fé, vinculada intimamente ao batismo, “porque se a fé é recebida do batismo, o batismo se fundamenta sobre a fé” (BASILIO, p. 157). O final dos evangelhos de Marcos e Mateus lhes proporciona uma base indiscutível e nesta perspectiva, Santo Atanásio e São Jerônimo são categóricos: “O Salvador não só ordenou batizar, mas primeiro disse: “Pregai”; a continuação: “Batizai”; para que da pregação nasça a fé firme e com a fé fossemos iniciados pelo sacramento (ATANASIO, p.42). Segundo São Jerônimo,

Os apóstolos pregam primeiro a todas as nações; depois de haver-lhes pregado, lhes dão a ablução de água. De fato, não pode ser que o corpo receba o batismo se alma, em primeiro lugar, não aceitou a verdadeira fé (JERÔNIMO, p. 26).

São Basílio, por sua vez, escreve na mesma linha teológica de Tertuliano quando afirma:

Ide, disse o Senhor, anunciai para as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo. O Batismo, com efeito, é o selo da fé, e a fé é uma adesão à vida divina. Assim, pois primeiro é preciso crer, e na sequência ser marcado pelo batismo (GREGORIO, p. 29).

Por si só, este princípio da fé ser necessária para o sacramento e o do batismo ser o selo da fé bastaria para justificar a necessidade de uma catequese pré-batismal. Porém há outra razão que afirma também a exigência de um tempo de formação previa. A fé que dá acesso ao banho do novo nascimento não é morta, mas é uma fé viva animada por um amor verdadeiro.

Os textos de Tertuliano e Orígenes não são as opiniões de alguns teólogos rigoristas, eles se inscrevem na doutrina permanente da Igreja. Santo Agostinho consagrou um tratado inteiro sobre a fé e as obras para expor claramente esta

verdade:

Sejamos muito cautelosos, então, com a ajuda do Senhor nosso Deus, de dar às pessoas falsas seguranças, dizendo-lhes que, uma vez batizados em Cristo, independentemente de sua conduta em relação a essa fé, eles alcançarão a salvação eterna (AGOSTINHO, p. 454).

Portanto, depois de 313, o cristianismo se converte em uma religião licita. Inclusive muitos imperadores favoreceram a Igreja de Cristo e durante mais de um século o catecumenato permanecerá muito vivo, porém por influência das conversões e a fragilidade de suas motivações, a pastoral é completamente transformada.

Antes da Paz da Igreja, a religião cristã se vê em mundo pagão que não deseja reconhecê-la. Esta situação missionária por excelência e cheia de novidades, traz consigo uma comunidade cristã ainda pequena e ainda em um processo de estruturação. Mas os anos 150- 180, com um aumento cada vez maior do número de convertidos e também de heresias, trarão consigo o nascimento de uma organização catecumenal muito mais estruturada.

A partir de 430- 450, com os avanços políticos devidos as invasões e a diminuição da conversão de adultos, se verá como vai desaparecendo progressivamente o catecumenato.

Uma das motivações que se encontra naqueles que buscam justificar uma pastoral batismal demasiadamente apressada é a de que os apóstolos assim o fizeram, mas é também verdade que da parte deles havia o santo discernimento que fez o apóstolo Felipe não agir por impulso, mas sentir a manifestação explícita da vontade do senhor e o esforço do eunuco em orar no templo e tentar ler a Sagrada Escritura.

Mais tarde é Hipólito de Roma que deixa claro o processo e três anos de catecumenato marcados por exames: um ano de admissão às catequeses; outro de admissão ao batismo; e os exames minuciosos com o catecúmeno.

Mas por conta da paz já dita que passou a ser vivida pela Igreja, muitos se convertiam mais por questões sociais do que espirituais. Havia alguns que decidiam, após inválidos motivos de conversão, permanecerem como catecúmenos indefinidamente e deixar para receber o batismo no último momento de vida. Neste contexto, portanto, já não se fala mais de um processo catecumenal bem estruturado, mas de um estado catecumenal quase sem definição, pois se havia muitos

catecúmenos, não necessariamente haviam muitos convertidos.

Através das exigências citadas por Tertuliano por exemplo, percebemos a seriedade da preparação ou da iniciação cristã nestes primeiros séculos. Esse processo aparece vivo em todas igrejas do mundo mediterrâneo do período e esta unanimidade manifesta com evidencia que a estrutura catecumenal se encontra como naturalmente vinculada a atividade missionária que fazia essa Igreja crescer cada vez mais.

É claro que haviam variedades, já que em todas as partes no período se houve falar na clara distinção no modo de evangelizar e de formar. A evangelização que é obra de todos os cristãos, encaminha aquele que a recebe para a conversão, que uma vez reconhecida, permite o acesso à catequese. A formação catecumenal, cada vez mais organizada, é um tempo indispensável de iniciação a doutrina e a vida cristã, iniciação cujos resultados devem ser efetivos para permitir ascender ao sacramento.

2. O PROCESSO CATEQUÉTICO NO BRASIL

Entre os séculos XV e XVI, são abertas as novas rotas marítimas para a África e a Ásia e são contactadas as terras e as gentes, desconhecidas até então, da América Latina (Índias Ocidentais).

Inicia-se um novo capítulo para os Estados modernos na Europa Católica: politicamente absolutistas, economicamente mercantilistas, religiosamente regalistas. As Metrópolis comandarão o processo de contato, ocupação, exploração dos territórios recém-descobertos (LUSTOSA, 1992).

Portugal está à frente desse grande movimento de “colonização”. A construção do que será chamado “sistema colonial” levará tempo e demandará esforços das duas maiores instituições, Estado e Igreja, para a sua implantação, pois toda a política do Reino lusitano se desenvolverá, toda ela, com um respaldo conscientemente firme de que Portugal fora destinado por Deus para uma “grande missão”, a de salvar esses povos desconhecidos e infiéis.

Mas os passos seguintes da Evangelização e mais especificamente na catequese, são uma quebra dos paradigmas, até então, dominantes da consciência e do modo de viver do povo católico, que com o advento dos novidades sociais e eclesiológicas, irão protagonizar novos espaços na propagação da fé e na própria formação religiosa, seja a partir de iniciativas da própria hierarquia, seja por meio dos espaços que eles mesmos irão ocupar, por meio de um pensamento crítico e bem fundamentado sobre a sociedade em que estão inseridos, seja sobre a Igreja da qual são membros e ministros.

2.1. O período da colonização

Segundo o documento de Puebla, a história religiosa da América não começa na chegada das embarcações portuguesas e espanholas, que “buscavam a dilatação da fé e do império”. Antes mesmo que na América chegassem espanhóis ou portugueses “o Espírito que encheu o mundo assumiu também o que havia de boas culturas pré-colombianas. Ele próprio as ajudou a receber o Evangelho” (Puebla 201). Sem dúvida as “sementes do Verbo” presentes nestas culturas (cf. Puebla 401, 403), foram cultivadas e incrementadas pela ação evangelizadora da Igreja. Também Santo Domingo afirma, “as sementes do Verbo, presentes no profundo sentido religioso das culturas pré-colombianas, esperavam o orvalho fecundante do Espírito”

(Santo Domingo 17).

Mas no regimento dado por Dom João III ao primeiro governador do Brasil, Tomé de Souza (1548), estão apontados, de maneira concreta, alguns dados do futuro sistema: quanto à política comercial, monopólio e controle do Estado, sobretudo em relação ao pau-brasil; quanto à política populacional, assentamentos dos portugueses e índios em lugares estratégicos e favoráveis à agricultura, ao mercado e à comunicação marítima com o Reino. Mas não era apenas no âmbito socioeconômico que o Regime trazia ordens e diretrizes. Também no plano religioso, o rei apresentava preocupações em relação aos povos que eram encontrados nas terras do Brasil. Chamaram-nos de “gentios”, “infiéis” ou simplesmente índios (Lima, 2016).

Era clara a intenção do rei quanto à política religiosa na colonização. O Regimento ordenava:

Porque a principal causa que me move a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa fé católica, encomendo-vos muito que pratiqueis com os ditos capitães e oficiais a melhor maneira que para isso se pode ter e de minha parte lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem cristãos e para eles mais folgarem de o ser, tratem bem todos os que forem de paz e os favoreçam sempre e não consintam que lhes seja feito opressão ou agravo algum, e, fazendo, se lhe façam corrigir e emendar de maneira que fiquem satisfeitos e as pessoas que lhes fizerem, sejam castigados como for justiça (DIAS, 1924, p.347).

O monarca português falava como responsável, em toda a linha e em todos os níveis, da nova Colônia (terra e povo). Em relação à parte religiosa, foi a própria Santa Sé que o encarregou dos direitos e privilégios, todos os deveres e obrigações que estão incluídos no “ministério eclesiástico”. Pelo Padroado¹, outorgado desde o

¹ “A palavra padroado, geralmente, significa direito de protetor, adquirido por quem fundou ou dotou uma igreja. No texto, o termo se refere ao direito de autoridade da Coroa Portuguesa a Igreja Católica, nos territórios de domínio Lusitano. Esse direito do Padroado consistiu na delegação de poderes ao Rei de Portugal, concedida pelos papas, em forma de diversas bulas papais, uma das quais uniu perpetuamente a Coroa Portuguesa à Ordem de Cristo, em 30 de dezembro de 1551. A partir de então, no Reino Português, o Rei passou a ser também o patrono e protetor da Igreja, com as seguintes obrigações e deveres: a) Zelar pelas Leis da Igreja; b) Enviar missionários evangelizadores para as terras descobertas; c) Sustentar a Igreja nestas terras. O Rei tinha também direitos do Padroado, que eram: a) Arrecadar dízimos (poder econômico); b) Apresentar os candidatos aos postos eclesiásticos, sobretudo os bispos, o que lhe dava um poder político muito grande, pois, nesse caso, os bispos ficavam submetidos a ele.” (FRAGOSO, 2000).

século XV², os reis de Portugal, assim, assumem o “múnus” de administradores eclesiásticos das regiões descobertas. Ao lado do gerenciamento civil, tinham eles, na sua consciência de chefes cristãos, a responsabilidade de implantar a instituição eclesiástica e conduzir o processo de incorporação dos “infiéis” à comunidade cristã.

Não é de admirar, por conseguinte, que toda ação pastoral da Igreja integre, como peça fundamental, o regime colonial e por esse motivo, a catequese se desdobra em duas dimensões necessárias: a clássica (copiando no Brasil o modelo europeu) e a missionária (com os desafios da situação dos índios e dos negros). Em uma e outra, trata-se de uma ação pastoral comprometida, porque opera nos esquemas da política do reino português (LIMA, 2016).

Quando se deu início ao processo de colonização do Brasil, os colonizadores trouxeram o modelo que vigorava na Europa e, particularmente, na península ibérica.

Os clérigos e missionários, isolados e avulsos, que passavam pelo Brasil recém “colonizado”, poucas importâncias davam à tarefa sistemática de catequese propriamente dita, mesmo nos anos em que se desenrolou a experiência das “donatarias” ou capitânicas hereditárias (1535).³

Somente em 1549, quando é instituído o primeiro governo geral do Brasil com a nomeação de Tomé de Souza e instalado o primeiro bispado em Salvador na Bahia (1552) é que começa a fase da implantação da catequese institucionalizada. Dessa se ocupam, primeiramente, os Jesuítas que acompanham Tomé de Souza na sua vinda ao Brasil. Posteriormente integral o grupo os carmelitas, beneditinos e franciscanos.

São essas as dimensões da catequese que se sobrepõem nos primeiros tempos do regime colonial- tradicional e tridentina- sendo que a dimensão missionária se torna prioritária, e, à primeira vista, toma a atenção e as preocupações dos evangelizadores, e se tornará um espaço de experiências históricas e originais da luta pela justiça e pela liberdade.

Aos indígenas, novos destinatários do Evangelho, convinha a conversão e a redução à fé. Para tanto era necessário que os evangelizadores se empenhassem na

² Em Portugal, a concessão do Padroado à Ordem de Cristo é feita por Calisto III, na bula *Inter caetera* (1456).

³ As capitânicas hereditárias foram a primeira medida real de colonização tomada pelos portugueses em relação ao Brasil. Com as capitânicas, foi implantado um sistema de divisão administrativa por ordem do rei dom João III, em 1534. A América foi dividida em quinze faixas de terra, e a administração dessas terras foi entregue aos donatários, que eram comerciantes e pessoas da pequena nobreza de Portugal que tinham boa relação com a Coroa.

elaboração de um novo projeto catequético e evangelizador que seria montado lenta e progressivamente, a partir de experiências originais.

Embora fascinados diante da missão que lhes fora confiada- conforme o dizer do Padre Manuel da Nóbrega: “Esta terra é nossa empresa, e o mais gentio do mundo” (LEITE, 1954, p. 122). - os jesuítas- como primeira corporação religiosa a instalar-se no Brasil a fim de cuidar, espiritual e culturalmente, dos gentios- não tinham ainda respaldo de experiências missionárias anteriores a fim de elaborar um programa de evangelização e catequese. Decididos a enfrentar os problemas e desafios, concentram logo em torno de algumas condições o roteiro de suas preocupações e de suas linhas de ação. Duas, pelo menos, merecem destaque: visão realista e empírica do povo indígena e localização do índio no espaço da “cidade portuguesa” e no sistema colonial.

Esse projeto de evangelização só se tornará claro à medida em que as estruturas vão se firmando. As Constituições do Arcebispado da Bahia, são prova do trajeto feito pelos muito missionários desta terra, mas também dão a tônica e nos permitem compreender melhor quais eram as preocupações e imposições que muitas vezes era realizada por meio do processo de evangelização.

As Constituições da Bahia trazem não somente à memória dos párocos, dos mestres-escola e dos pais de família a obrigação de ensinarem crianças e escravos, seguindo à risca as normas do Concílio de Trento, mas ainda oferecem aos catequistas um catecismo abreviado para a instrução, que dominam de forma da doutrina cristã, e também um formulário mais resumido ainda e adaptado para os escravos (LUSTOSA, 1990, p.52).

No que se refere aos escravos, fica apenas o mínimo necessário para a sua preparação ao batismo, à missa e aos demais sacramentos. Um aprofundamento da mensagem cristã, deixariam os senhores com graves problemas de consciência diante de uma situação tão desumana. Com exceção de esforços isolados, a Igreja não se interessou muito pela evangelização dos negros, desconhecendo também as práticas dos ritos africanos.

2.2. Catequese no período imperial e republicano

No império, duas tendências e duas posições marcarão o tipo de relacionamento entre Igreja e Estado no Brasil: Regalismo e Liberalismo religioso. Cada uma delas influirá a seu tempo e a seu modo, quando não conjuntamente, na política civil-elesiástica. Mais ainda: estarão ambas na raiz da mentalidade e do comportamento daqueles que postularão atitudes diferentes do Estado em relação ao problema religioso. Tais atitudes, embora comportando uma gama de variações, convergirão, todavia, para dois polos: um de subordinação da Igreja ao poder civil - Regalismo- outro de separação entre ambos os poderes com a liberdade de culto, liberalismo religioso.

Já dentro da pastoral, a catequese se colocava entre uma das preocupações fundamentais. Como no Brasil a revitalização ou restauração de um catolicismo, que estava quase paralisado ou que se desenvolvia “em estado de anemia profunda e se fazia nos quadros do Concílio de Trento” (LUSTOSA, 1992, p. 75) era natural que a ação catequética se desenvolvesse dentro do mesmo espírito.

A reação em busca de uma ação pastoral e que tinha como dominante uma rígida educação moral começara bem antes, pois a publicação do catecismo cívico-moral de Cairu era um sinal de que o despertar dos católicos estava em ritmo de aceleração. Os padres capuchinhos e os lazaristas se empenhavam também neste processo, uma evangelização que se dava através das missões populares (BELINQUETE, s.d).

Nesta esteira seguiram para uma efetivação desta ação catequética, os bispos, como o de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso, antigo missionário lazarista, mas também o bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa e o bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda.

Já no período dos dois últimos decênios do segundo Reinado (1864-1889), a Igreja, ou de maneira mais específica, a hierarquia católica, vinha acompanhando com certa apreensão os movimentos de modernização, iniciados no Brasil, com as tendências de uma reordenação da sociedade. Exemplo da reprovação e preocupação por parte da Igreja, está em alguns documentos como a brochura do bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa, contra um dos sinais dos tempos modernos, intitulada: *A liberdade de cultos: Representações à Assembleia Geral Legislativa pelo Bispo do Pará* (Rio de Janeiro, 1888) (COSTA, 1956).

Como todos os brasileiros, os católicos foram pegos de surpresa com o modo com que houve a queda do trono imperial, por ação dos militares. A hierarquia católica, entretanto, mostrou-se atônita frente as mudanças que se impuseram para a Igreja, vistos os precedentes da ideologia liberal, que sem rodeios colocava-se em oposição a muitos ensinamentos do catolicismo que ao seu ver, era um dos mais concretos impedimentos para uma revolução ou reordenação da sociedade de fato.

A grande pergunta que pairava no ar era de como a Igreja se encaixaria no novo regime que acabava de ser estabelecido e que condições teria ela de encontrar canais, a fim de influir na sociedade do país.

As respostas para os questionamentos vão surgindo na medida em que o primeiro ato oficial do Governo Provisório de Marechal Deodoro da Fonseca em matéria religiosa acontece, é o decreto 119^a, de 7 de janeiro de 1890, pelo qual o Estado dava as costas ao passado, recusando a união entre poder civil e poder eclesiástico e definindo, com a extinção do Padroado, o esquema constitucional, inteiramente laico, para o regime político brasileiro do futuro.

Entre os primeiros decretos, surgiram os que implantavam o regime legal do casamento civil, como o único reconhecido oficialmente e que, registrado em cartório, seria fonte dos direitos e dos deveres da família em face do Estado e da sociedade.⁴

O assunto foi extremamente polêmico entre os católicos, que viram no decreto do casamento civil uma espécie de “canonização do concubinato” (LUSTOSA, 1990). E para evitar que a população que se mostrava muito insatisfeita com o decreto, não o seguisse, o Estado decretou que o casamento civil acontecesse antes do casamento religioso.⁵ E a legislação vinha acompanhada de sanções pesadas, como prisão e multas, para os infratores.⁶

No mesmo caminho surgiram outros decretos que tiravam das mãos do Poder Religioso, outras frentes que agora tornam-se “municipalizadas” como foi o caso dos cemitérios, que agora deixa de ser supervisionado e controlado pela Igreja e passa para as autoridades civis.⁷

E apesar de ter acompanhado, desde a década de 1870, a propaganda republicana, repleta dos postulados do liberalismo religioso, em alguns casos,

⁴ Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890.

⁵ Decreto n. 521, de 26 de junho de 1890.

⁶ O Código Penal, no c. 284, pune os infratores com seis meses de prisão e multa para o celebrante do matrimônio religioso antes do civil.

⁷ Decreto n. 789, de 27 de setembro de 1890.

radicalizados, a Igreja Católica não espera que no Brasil tais princípios viessem a constituir fontes inspiradoras de uma prática política, inteiramente neutra em matéria religiosa.

Foi exatamente o que aconteceu com a chegada e implantação do estado laico no decreto de janeiro de 1890, que estabeleceu a separação entre o poder civil e o eclesiástico. Com esses acontecimentos, o catolicismo conhecia um caminho totalmente novo e dava passos importantes, nunca dados no período do Padroado.

Ainda em 1890, no mês de março, o episcopado nacional reage ao primeiro decreto do Estado Republicano em matéria religiosa, com a publicação de uma Carta Pastoral, assinada por todos os bispos do país. Era a primeira vez que o corpo episcopal lançava um documento coletivo em toda a história do catolicismo brasileiro, uma vez que a política eclesiástica do segundo reinado, na base do Padroado, não permitiu jamais que os bispos se reunissem para tratar dos assuntos de seu ministério (BELINQUETE, s.d).

Com discurso longo, a Carta Pastoral defendeu sistematicamente a união entre Igreja e Estado, proclamando a necessidade de tal união, mas fazendo reservas ao modelo de união que fora vivido entre os poderes e que muitas vezes foram desfavoráveis ao catolicismo. Na sequência destes eventos o Papa Leão XIII dá as primeiras sinalizações sobre o Regime Republicano.

A conjuntura final do século XIX coincidiu com um conjunto de mudanças radicais no campo político, econômico e social e científico. Em 1892 o papa orienta os franceses a aceitar a república significando o final, para o mundo católico, da Cristandade (SOUZA, 2020, p.320).

No decorrer dos primeiros meses do novo regime, os católicos articularam-se para a criação do Partido Católico, com a intenção de terem representantes da Igreja também na Assembleia, mas a verdade é que por conta do pouco engajamento, da falta de consistência interna e por falta de valorização da ação eclesial participativa e comunitária, por distanciamento dos bispos em relação ao partidarismo, sempre divisionista, o Partido Católico não conseguiu, em período algum da história do catolicismo brasileiro, passar de agitações locais de clérigos e leigos católicos bem-intencionados, porém politicamente mal preparados. (LUSTOSA, 1990).

A catequese, dentro do período de implantação da República, abre novos horizontes para todas as ações da Igreja, especialmente no campo pastoral. O clima de liberdade -religiosa- favorecia, portanto, ao esforço dos católicos nos diversos

setores. Com isso a catequese estará naturalmente, no esquema das novas orientações da Igreja.

Mais uma vez, a ação catequética da Igreja no Brasil se enreda nas malhas dos problemas jurídico-organizacionais. Claro que por trás dessa preocupação está a influência dos movimentos católicos europeus. (LUSTOSA, 1992, p.81).

Tudo isso como resposta às exigências de Roma que continuava a insistir na catequese em seus documentos oficiais

2.3. A Ação Católica Brasileira

A Ação Católica vem com objetivos preciso e métodos específicos, decidida a levar à frente a grande “cruzada”: “sacralizar” a sociedade pagana. Uma espécie de “nova cristandade” se esboçava nos desejos e nos projetos de Pio XI; a fim de conseguir esse intento, fazia-se mister uma disciplina austera e centralizada em uma organização que servisse de base ao “exercito de Cristo Rei”. Assim,

Com uma renovada visão eclesiológica, uma disciplina austera e organização centralizada, a Ação Católica Brasileira militou como verdadeiro exército de Cristo Rei despertando grande entusiasmo e frutos concretos onde era instituída, na época representava a inovação e criatividade contra o peso dos organismos eclesiais conservadores: seus militantes estavam abertos às novidades do tempo, principalmente renovação bíblico-litúrgica e catequética. (BELINQUETE, s.d., p.1472).

Por isso, a Ação Católica, como convocação dos leigos católicos a “participar do apostolado hierárquico da Igreja”, suscitava esperanças no corpo eclesial, sobretudo dos fiéis leigos, e exigia reformulações e mudanças que atingiam, na Igreja, conteúdo, formas de apostólica, métodos e disciplina. Por trás e por dentro do movimento de Ação Católica sempre ocorreu uma ideologia inovadora e criativa, contrária ao peso das associações conservadoras.

A Ação Católica, como movimento, criará espaços para o questionamento da eclesiologia, para a renovação da vida litúrgica, para o estudo e a reflexão da Palavra de Deus, para uma catequese atualizada, mais ligada com vida do católico na sociedade.

É com base nesse esquema que as lideranças católicas no Brasil começam uma revisão de sua vida pastoral. Como pioneiro, Dom Sebastião Leme entra em ritmo renovador da Ação Católica, fomentando e articulando providências para uma mobilização dos católicos no Brasil, por isso, em 16 de julho de 1916, Dom Sebastião Leme dirige uma carta pastoral de saudação a seus diocesanos de Olinda, que marcará o início de uma convocação dos meios eclesiais e dos católicos brasileiros de tal monta que se desdobrará em manifestações e comportamentos qualitativamente diferentes para a Igreja em seus diversos setores. Segundo Belinquete,

A carta pastoral de Dom Sebastião Leme sobre a ignorância religiosa, denuncia uma maioria católica que não atua, pois está asfixiada. Sem influência na sociedade, quando outros movimentos políticos, culturais e militares que sacudiam o país. (BELINQUETE, s.d., p. 1473).

Um dos principais eixos do documento é sobre a catequese e a constatação de que há muita ignorância religiosa, e essa, generalizada entre os católicos brasileiros, e o diagnóstico de que ela é a causa da fraqueza e do dessoramento religiosos deles, é a “a causa última de nossos males” (CINTRA, s.d., p.65).

Mas muitos documentos, sobretudo a partir da *Acerbo nimis* (Pio X, 1905), cartas pastorais, circulares, mandamentos e outros textos dos bispos, já atribuíam, com maior insistência, os males sociais à ignorância religiosa⁸, mas o que, no entanto, causa espanto no texto do Cardeal Leme era a intuição realista do arcebispo de Olinda de que essa ignorância religiosa estava na raiz um catolicismo ineficiente de uma “maioria nominal”, de uma “maioria que não atua”, “maioria asfixiada” (CINTRA, s.d., p. 29).

Eis a razão de ser da ausência da Ação Social Católica no Brasil. Tanto a Ação Católica Brasileira quanto a Ação Catequética, são respostas de uma orientação cultivada pela hierarquia, mas que supõem um contexto de formação social no país, que estava em ritmo de fermentação e agitação nos anos de 1920 e 1930, onde a sociedade brasileira experimentava diversos tipos de contestações e vê surgir respostas que são sintomáticas do ritmo de conscientização que penetra, aos poucos, nas elites e nos outros segmentos sociais.

⁸ Exemplos dos documentos de Dom Corrêa Neri e Dom José de Barros Camargo.

Os movimentos militaristas no plano político, as organizações do proletariado com o partido comunista no terreno social, o surto modernista nas artes e na literatura, sacudindo a inércia cultural, são provas de que o contexto global do país se sente questionado sob várias formas. Não é de se admirar, portanto, que houvesse uma “revolução” também no campo religioso católico. Ela irá com a força exterior da autoridade romana, isto é, a orientação do Papa; e com uma conotação interna premente, a saber, o preenchimento de necessidades pastorais antigas, sempre conduzidas com relativa morosidade ou displicência. Havia entre os católicos leigos, dotados de uma lúcida consciência crítica, a fim de participar do processo político, de militantes católicos capazes de atuar na reformulação dos quadros sociais, como amadurecidos na reflexão teológica, ocupando, assim, um lugar na cultura brasileira: tudo isso estava dentro do programa da Ação Católica (CARMO, 2015).

Todo esse caminho de desvinculação da catequese com apenas o clero, faz germinar na Igreja, leigos dotados de consciência crítica e lúcida e intelectuais bem formados, que iriam influir na sociedade e exercerem uma eficaz liderança, mudando um pouco o quadro que é até netão era normal: o domínio e o monopólio da catequese por parte do clero. E este é de fato o programa da Ação Católica Brasileira (BELINQUETE, s.d.).

Nem sempre os agentes, mesmo da Ação Católica, sentiram a profundidade da ligação orgânica entre Catequese e Ação Católica. Razão por que era necessário retomar o assunto em diversas ocasiões. “Catequese: base da Ação Católica” foi o tema do encontro de setores da Ação Católica de 1949.

2.4. Os movimentos catequéticos no pré-Concílio Vaticano II

A década de 50 caracteriza-se pelos passos de um movimento catequético mais promissor e popular. As ideias nascem, a partir daqui, no contexto de preocupações pelo combate da expansão do protestantismo no Brasil, portanto, essas ideias são de cunho apologético, ou seja, atingir o povo nas suas bases, principalmente para defende-los dos males da expansão rápido dos protestantes (BELINQUETE, s.d.).

Sendo assim, na segunda Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1954, o então cônego Agnelo Rossi fizera a proposta do surgimento dos catequistas populares, que deveriam assumir a catequese e o culto

dominical nos lugares onde o sacerdote não podia estar presente. Ele mesmo escreveu uma obra de cunho popular: *Formação de estagiários da Ação católica*.

A CNBB acata a ideia, e ao invés de liga-la ao Secretariado Nacional de Ensino Religioso, como era o costume, coloca-a sob a dependência do recém-criado Secretariado Nacional da Defesa da fé e da Moral.

Neste período pré-conciliar vemos surgir duas figuras do Movimento Católico Brasileiro. De um lado, o padre Hélder Câmara, ligado à Ação Católica, um dos responsáveis pela fundação da CNBB, organismo que irá alcançar as ideias de renovação que vem surgindo na Igreja e é sonhada especialmente por grande parte do episcopado brasileiro desde o início do século XX; do outro, o padre Negromonte líder incontestável da catequese. São duas personalidades e duas formações diferentes. Este, um catequista nato, se preocupava pelos métodos, pela formação dos catequistas, pelos textos, enfim, pela solução dos problemas imediatos a fim de que a Igreja não faltasse a ninguém. Aquele, trabalhando numa plataforma de ação ampliada, com grandes sonhos e anseios consagrados com o advento do Concílio Vaticano II (LUSTOSA, 1992).

E é justamente com a fundação da CNBB em 14 de outubro de 1952, que a catequese ganha de fato, organização, dinamismo e preocupação nacional, pois já em 1953 acontece um primeiro grande encontro depois da fundação da mesma. Duas reuniões, uma no Rio de Janeiro e outra em Belém, trataram do tema do texto único da catequese para todo o território nacional.

Nos anos que sucediam 1960, se inicia para a sociedade civil e para a Igreja sob o impacto de muitos movimentos políticos, sociais e ideológicos em todos os continentes. É um período de experiências originais do socialismo na Europa e realiza projetos com flexibilizações de consequências imprevisíveis. Na América Latina, por exemplo, Cuba torna-se a “cabeça” da revolução proletária, sonhada para todo o continente.

A política e o princípio do desenvolvimento tornam-se a escada de uma economia capitalista dirigida pelos países ricos e dominadora dos países dependentes e pobres, espaços físicos e humanos de uma exploração estrategicamente calculada. Nessa política, a tecnologia terá papel de alta importância no processo global.

Diante da realidade de uma sociedade totalmente secularizada, pluralista, socialmente complexa e ciosa de seus direitos e poderes, dentro deste mesmo

contexto, desenvolve-se a evangelização de uma igreja presente neste mesmo tempo e contexto.

A Igreja surge com respostas de aberturas ao diálogo com a sociedade contemporânea, essa resposta vem com as palavras e os gestos do Papa João XXIII, que afim de colocar as bases e os parâmetros dessa evangelização realista e voltada para o futuro, além de suas encíclicas como roteiros, anunciou e promoveu o Concílio Ecumênico Vaticano II como fórum de discussão e como fonte das novas diretrizes da Igreja Católica (LUSTOSA, 1992).

Nesta dinâmica que abrangia muitos aspectos, toda a comunidade católica foi provocada pelas mudanças que surgiam e aquelas que ainda precisavam nascer. O Papa voltou-se especialmente para as tarefas evangelizadoras, visando a América Latina, já então território aberto à expansão das dominações protestantes e cheio de fermentações políticas.

Com este contexto é que o Papa lança, com certa insistência, um apelo às Igrejas latino-americanas para a elaboração de um trabalho pastoral que fosse bem organizado, programado e coordenado. A igreja compreende o apelo, a partir de uma elaboração de um plano de pastoral de conjunto. No Brasil, o primeiro, surge em 1962 e trouxe o nome de Plano de Emergência, que nasce em certo clima de entusiasmo pelos novos áreas que o Concílio Vaticano II trazia (LUSTOSA, 1992).

3. A CATEQUESE COMO PARTE DAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS E TEOLÓGICAS

É verdade que as transformações do tempo interferem diretamente no modo de pensar e evangelizar da Igreja, isso é provado pelo próprio processo histórico e cultural que mostra como as estruturas da catequese foram sendo transformadas pelo meio e pela época em que estava inserida.

Não obstante, parte das transformações que a catequese sofre e causa, está em como o sujeito destinatário da catequese, que é o ser humano, ocupa o lugar que lhe é devido, o de receptor ativo da mensagem.

O ser humano também é observado como um todo e não como um ser abstrato e isolado de seu meio, ou seja, é através de sua totalidade, seja ela cultural, econômica, familiar e até mesmo de instrução religiosa que ele será observado.

É importante, para que esse processo seja eficaz, tanto para quem evangeliza, quanto para quem é evangelizado, saber que ambos são sujeitos da ação evangelizadora.

3.1. O conceito de capital cultural para uma compreensão do sujeito além da catequese

A noção de capital cultural surge da tentativa de conseguir explicar as oportunidades desiguais de sucesso escolar de alunos pertencentes aos diferentes meios sociais. Bourdieu precisava explicar por meio dos estudos sociológicos a grande probabilidade de fracasso escolar existente entre as crianças e os jovens socialmente desfavorecidos, sem recorrer às teses essencialistas da “ideologia do dom” (SOARES, 1994). Isso se explica porque, até o século XX, a resposta que se dava para esse assunto era baseada na ideia de que todo indivíduo seria dotado de capacidades cognitivas inatas que faziam deles sujeitos naturais e desigualmente portadores dos atributos intelectuais requeridos pelas aprendizagens escolares.

Segundo Magda Soares (1994) a ideologia do dom esconde-se pela ideologia neoliberal e de certas vertentes pedagógicas e psicológicas que assumem a existência de desigualdades naturais, de diferenças individuais, como características inerentes a cada ser humano. Explicam-se, assim, os diferentes resultados escolares por meio da avaliação de aptidões e competências que se atribuem parte da individualidade do aluno. Essas desigualdades e diferenças individuais, assim legitimadas, explicariam as diferenças de rendimento escolar (SOARES, 1994).

Bourdieu afirma que, para além das individualidades, é o espaço social e a posse de bens culturais previamente transmitidos que influenciam nos resultados escolares. Para ele o dom natural é na verdade um dom social.

Ao negligenciar as desigualdades sociais, sancionando a herança cultural e social como dom natural a escola não seria responsável pelo fracasso do aluno; a causa estaria na ausência, neste, de condições básicas para a aprendizagem, condições que só ocorreriam na presença de determinadas características indispensáveis ao bom aproveitamento daquilo que a escola oferece, assim:

[...] a função da escola segundo a ideologia do dom, seria, pois a de adaptar, ajustar os alunos à sociedade, segundo suas aptidões e características individuais. Nessa ideologia, o fracasso do aluno explica-se por sua incapacidade de adaptar-se, de ajustar-se ao que lhe é referido (SOARES, 1994, p.11).

Bourdieu é contrário a ideologia da “escola libertadora” como fator de mobilidade social. Por meio de levantamentos quantitativos produzidos a partir dos anos 1950, na França, demonstrou a correlação entre a origem social dos alunos e seu desempenho escolar, essas hipóteses tinham por sustentação o pressuposto de que crianças com origem nas classes sociais superiores herdavam de suas famílias um patrimônio cultural múltiplo formado por estruturas mentais (maneiras de pensar o mundo), fluência na língua culta, cultura geral, posturas corporais, disposições estéticas, bens culturais variados (livros e outros materiais de cultura), etc., os quais transformam-se em vantagens, uma vez investidos no mercado escolar (NOGUEIRA et al, 2017, p. 58).

Isso só se torna possível porque o meio escolar impõe aos alunos uma cultura tida como “legítima”, ou seja, que é construída por aqueles produtos simbólicos socialmente valorizados (as letras, as ciências, as artes) que vêm dos grupos dominantes, que exercem, por isso mesmo, uma ação de violência simbólica sobre as classes dominadas. Isso acontece de tal modo que a seleção e classificação dos alunos no ambiente escolar se reveste de aparência de mérito próprio, mascarando a realidade do privilégio social. Deste modo, a escola seria, portanto, um meio de reprodução e não de democratização da sociedade (NOGUEIRA et al, 2002, p. 62).

Esse conjunto de ideias foi sistematizado nos livros *Leshéritiers*(1964) e *La reproduction*(1960), obras da primeira fase da carreira dedicadas ao estudo dos sistemas de ensino e escritas com Jean-Claude Passeron. Entretanto a partir dessa

origem, que foi associada ao mundo escolar, o conceito irá atingir a análise de outras faces da vida social, onde supõe-se que a riqueza cultural tenha efeitos poderosos sobre a classificação dos indivíduos nas divisões hierárquicas da sociedade (SILVA, 2022).

Considerando a ideia de que o mundo social é multidimensional e que, por isso, os patrimônios econômicos ou financeiros não formam uma única forma de riqueza que fundamenta a divisão da sociedade em classes, o autor forneceu, ao longo de sua obra, várias evidências da existência de outros tipos de recursos que identificam a posição social do indivíduo, no interior das hierarquias sociais. Bourdieu defende que as diferenças que tenham relação com os bens materiais são mutáveis – por meio de um processo subjetivo de internalização de disposições e de competências- em diferenças no modo de viver, ou seja, no uso desses bens materiais possuídos, criando distinções simbólicas relativas à posse de bens culturais.

Em comparação ao pensamento de Karl Marx sobre o processo de acumulação de bens materiais sob o poder um determinado grupo social, Bourdieu empresta dele o termo “capital”, juntando com o qualitativo “cultural”, para expressar que se trata de uma outra dimensão social, a qual implica igualmente na reprodução, distribuição e consumo de um tipo específico de bens capazes de render dividendos, ou seja, de gerar lucros simbólicos aos detentores.

Para Bourdieu, o conjunto de bens simbólicos abarcados sob a expressão de “capital cultural” pode existir sob três modalidades: (De Lucca, 2019)

Em seu estado incorporado, ou seja, quando o capital cultural faz parte do organismo do indivíduo, fazendo com ele “naturalmente” apresente-se assim. É como uma pessoa que demonstra certa facilidade no falar de modo formal, na maneira como de sentar-se e até mesmo no modo de estruturar seu pensamento.

Em seu estado objetivado, que seriam os bens que pessoa possui, que não são avaliados simplesmente pelo seu preço, mas por seu “valor cultural”, ou seja, são também eles, livros, pinturas e etc. São os bens tidos como valiosos pela classe dominante, porque pertence ao grupo.

Em seu estado institucionalizado, manifestado pelo reconhecimento que uma instituição dá a um saber, o que pode se manifestar, sobretudo, por meios dos diplomas e outros reconhecimentos acadêmicos.

Por fim, cabe ainda dizer que, na visão de Bourdieu, cada uma das diferentes espécies de riqueza que tem seu curso em nossas sociedades (o capital econômico, o cultural, o social e simbólico) pode ser convertida e reconvertida dessa forma,

Ao conferir ao capital cultural possuído por determinado agente um reconhecimento institucional, o certificado escolar [...] permite estabelecer taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o econômico, garantindo um valor em dinheiro de determinado capital escolar. Produto da conversão de capital econômico em capital cultural, ele estabelece o valor, no plano do capital cultural, do detentor de determinado diploma em relação aos outros detentores de diploma e, inseparavelmente, o valor em dinheiro pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho – o investimento escolar só tem sentido se um mínimo de reversibilidade da conversão que ele implica for objetivamente garantido (BOURDIEU, 2014, p.87).

Sendo assim, as estratégias de reconversão de capitais, pensando ou não pensando sobre, interferem nas escolhas dos indivíduos.

3.2. A relação entre catequese e escola.

Desde o cristianismo nascente, passando pela Idade Média e chegando ao Iluminismo, não se entendia educação como algo dissociado da evangelização e da catequese. Esta mentalidade, perpassou por muitos períodos, inclusive na crise entre Igreja e Estado, quando o Estado resolve tirar das mãos do poder religioso a educação.

O início da educação no Brasil se dá por meio da chegada dos jesuítas em 1549, de formação sólida com características europeias, tendo por objetivo propagar uma educação religiosa, trouxeram uma cultura medieval europeia por meio de um modelo educacional de valorização à letras e filosofia era um ensino enciclopédico e dogmático. Uma educação sem apego à ciência e às atividades técnicas e artísticas. “A educação nessa época consistiu em: uma educação alfabetizadora e catequética para o indígena, uma educação enciclopédica para a elite que chegava a ser equivalente a um nível superior. E total negligência à população negra escravizada.” (ROMANELLI, 2001, p. 76)

Os jesuítas foram por duzentos anos os únicos educadores no Brasil e mesmo após sua expulsão em 1759, as marcas desse processo de ensino mantiveram-se presentes, de modo enciclopédico, mesmo no período republicano (ROMANELLI,

2001). Educação essa, que carrega em si, como forma de distinguir classe, um afastamento do trabalho. Percebe-se que desde o período colonial, os trabalhos validados foram os de pouco prestígio, destinados aos que não têm escolha e possuem pouca ou nenhuma formação. Quando eram necessários muitos trabalhadores para um trabalho pesado, como em guarnições militares e navais, o estado direcionava a função de artífice aos menos favorecidos (CUNHA, 2005).

No Brasil, o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro português que na primeira metade do século XVIII, compartilhou da ideologia política denominada absolutismo esclarecido que exaltava o Estado e do poder do soberano, mas que era animada pela ideia de progresso e por algumas ideias iluministas. O Marquês procurou tirar o poder educacional das mãos da Igreja e coloca-la nas mãos do Estado, instaurando o sistema de aulas régias. Entretanto, a situação pouco mudou uma vez que permaneceu o ensino enciclopédico destinado à produção literária. O método era rígido e disciplinar (ROMANELLI, 2001).

Com a retirada dos Jesuítas do Brasil, a suspensão progressiva das ordens religiosas e conseqüentemente confisco de seus bens, pela falta de substitutos à altura da educação e catequese, juntamente com a desintegração que se processa no sistema colonial português, o catolicismo no Brasil passa por uma deterioração generalizada. A isto se acrescenta a falta de preparo do clero, a quase inexistência de seminários, o declínio numérico dos religiosos e a reduzida quantidade de dioceses para atender tão vasta população em crescimento (BELINQUETE, s.d., 1480).

Já no século XIX, com a vinda da família real para o Brasil e com uma pequena burguesia emergente, leva a mudanças educacionais. Num primeiro momento pela criação de ensino superior não teológico: Academia Real da Marinha, Academia Real Militar, cursos médicos cirúrgicos, além de instituições culturais como a Missão Cultural Francesa, a criação do Jardim Botânico, o Museu Real, Biblioteca Pública e Imprensa Régia. Todavia, segundo Corti:

As instituições que surgem com a vinda da família real para o Brasil, apesar de serem grandes centros de educação e cultura no país, demonstram a visão aristocrática da época, pois ficaram relegados o ensino primário e secundário e a população iletrada e sem acesso aos grandes centros do saber, na monarquia, deu-se muito valor ao ensino superior como forma de capacitar os altos quadros administrativos e políticos do país (CORTI, 2015, p. 65).

Ao mesmo tempo, o século XIX traz para a catequese uma reforma que para alguns, foi na verdade, uma romanização da mesma, pois a finalidade principal era implantar no Brasil o espírito da reforma tridentina. Tratava-se de substituir o tradicional catolicismo lusitano, de origem medieval, por um catolicismo de caráter mais romano.

De maneira ocasional, mas intensa, os bispos realizavam as catequese nas visitas pastorais, mesmo que de maneira mais regular sistemática, elas eram dadas nas paróquias e nos colégios religiosos.

Ao passo de todas essas mudanças, o Pontificado do Papa Pio X (1903-1914), acentuado pela encíclica *Acerbo Nimis* em 1905 sobre o ensino da doutrina cristã, pela criação da Congregação da Doutrina Cristã nas dioceses para a estruturação da ação catequética local, pelo conhecido Catecismo de Pio X em 1912 e pelo decreto *Quam Singulari* sobre a comunhão eucarística para as crianças, faz com que a catequese no Brasil torne-se cada vez mais popular, pois com a novidade que surgia, a catequese fica possível para as diversas faixas etárias, apesar de que ainda ser muito forte a ignorância religiosa (LIMA, 2011, p. 1460).

E é apenas em 1930 que surgirá o Ministério da Educação, a partir do qual a educação voltará a fazer parte das discussões nacionais, e também, com esse movimento, é reestabelecido o ensino religioso escolar no Brasil. A partir de então, a compreensão de ensino religioso, vai ganhando novas perspectivas, pois com o efetivo rompimento entre Igreja e Estado, já não é catequese que temos nas escolas, embora a compreensão de ensino religioso ainda não esteja plenamente estruturada e seja confundido com a catequese. É com o tempo que as diferenças entre o ensino religioso e catequese das paróquias, se tornará mais claro (PEDROSA, *Et in al.*, 2004).

Com o século XX, vem também a pluralidade cultural na educação, pois com o já citado divórcio entre Igreja e Estado, abre-se a possibilidade de uma mudança profunda no campo religioso-cultural dentro do campo educacional, como diz Junqueira:

A liberdade religiosa, associada aos direitos individuais, torna-se um valor que o Estado laico passa a promover. Em lugar de uma religião única, vai surgir uma grande variedade de religiões e a definição por uma ou outra entre múltiplas possibilidades torna-se uma questão de opção pessoal (JUNQUEIRA, 2004, p.33).

Sendo assim, o ensino religioso para a ter característica, não somente mais laica, mas também mais abrangente, plural e complementar, ao invés de ocupar papel de destaque na grade curricular, dando cada vez menos espaço para o ensino catequético no ambiente escolar. O ensino religioso na educação brasileira, portanto, foi sempre um processo político de disputa entre as tradições religiosas e o Estado.

3.3. O processo catequético brasileiro no período pós Concílio Vaticano II

No processo de colocar na catequese e no ensino religioso, a pedagogia, o que muitos chamam de escolarização da catequese, existe uma grande busca de elementos que orientem tanto o trabalho do catequista como do professor. Mas, muitas vezes, na tentativa de se resolver as expectativas sobre a orientação dos professores e ou catequistas, por falta de conhecimento do processo de estruturação metodológica, acontece uma mistura de estratégias que nem sempre atingem os fins almejados.

Em 29 de junho de 1923, por meio do Motu próprio *Orbem Catholicum*, do Papa Pio XI, se dá a criação do Secretariado de Catequese em Roma, somado este feito e mais as inúmeras insistências por parte da Santa Sé sobre a formação catequética nos seminários, é ensejado um movimento de investigação catequética e de ensaios práticos de novos e vários métodos.

No pontificado de Pio XII a catequese recebe também a influência de muitas ideias pedagógicas da Escola Ativa⁹. A ação catequética, por ser pedagogia religiosa, calçava-se da ciência pedagógica. E bebendo desta fonte, percebe qual o lugar do catequisando no processo catequético, o de sujeito (JUNQUEIRA, 2004). Assim,

O sujeito da catequese é o homem, e esse, para poder ser salvo, deve ser conhecido. No método Ativo, segundo a ordem cristã, a ação catequética se apoia no princípio teológico do cristocentrismo que leva-seja embora nas dimensões características da Teologia Querigmática- ao recurso do conteúdo evangélico, ao vitalismo religioso que se realiza na educação da fé, a oração, a união com Cristo, a pedagogia dos sacramentos e das obras de misericórdia (JUNQUEIRA, 2004, p.55).

É ainda com Pio XII que a catequese e toda a Igreja passa a contar com uma presença mais ativa dos leigos, no período que segue ao término da Segunda Guerra

⁹ A Escola Ativa ignorava o verdadeiro problema religioso, mas teve mérito de colocar a criança no centro da ação educativa, abandonando o absolutismo.

Mundial, uma das contribuições para que se desse esse movimento, está na Encíclica do mesmo papa, a *Mystici Corporis* de 1943.

Deste modo não são muitas as pessoas que apresentam algum estranhamento com as conclusões do Concílio Vaticano II, que não promulga nenhum documento sobre a catequese, mas que se observado o todo do processo conciliar, é facilmente observado tópicos que explicitam a catequese em todo o Concílio.

Sob o Sagrado Concílio a catequese ganha impulso, apoio e segue se renovando em toda a Igreja, pois a partir do Vaticano II, o ser humano, que é sujeito do processo catequético, foi reconhecido de maneira mais eficaz como protagonista-destinatário, e não um mero receptor passivo, pois fora reconhecido que o sujeito esquecido- o homem-, sempre foi o destinatário da catequese (JUNQUEIRA, 2004, p. 55). De acordo com Wagner,

Esse movimento catequético do homem não havia encontrado respaldo na catequese tradicional. Depois da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que é uma verdadeira celebração do homem em sua grandeza e em sua miséria, a catequese viu-se impulsionada não só a considera-lo como conteúdo constitutivo, como também a fazer uma profunda reflexão, com o apoio das ciências propriamente humanas (Wagner, 2004, p.57).

Todas essas mudanças de paradigmas na catequese, seguem movimentando encontros e congressos, especialmente na América Latina. No Brasil, apesar de o ano de 1968 ser considerado sombrio, pelo enrijecimento da ditadura militar, no âmbito catequético, temos importantes eventos, como o encontro Nacional do Rio de Janeiro, que tinha como finalidade principal a preparação da Semana Internacional de Catequese que acontecerá em Medellín.

A Semana Internacional de Catequese de Medellín, apresentou duras críticas em relação às pessoas e instituições eclesiais, críticas essas que logo foram suavizadas pelos participantes da Conferência de Medellín, que no entanto, mantiveram a força profética da conclusão da Semana catequética, isto é, o essencial da nova visão catequética: a forte dimensão antropológica; a fidelidade aos cuidados do homem que é destinatário da Ação Salvífica; a dimensão comunitária; a opção pela catequese de adultos; a importância de uma nova linguagem que possa traduzir os sinais dos tempos; a formação já com caráter de urgência para os catequistas; e sobretudo a opção preferencial pelos pobres. O Documento de Catequese de Medellín

expressa as perspectivas que foram pensadas em sua elaboração por parte da Conferencia de Medellín (BELINQUETE, s.d).

De acordo com a teologia Revelação, a catequese atual deve assumir totalmente as angústias e esperanças do homem de hoje para oferecer-lhes possibilidades de uma libertação plena, as riquezas de uma salvação integral em Cristo, o Senhor. Por isso deve ser fiel à transmissão, não somente da mensagem bíblica em seu conteúdo intelectual, mas também da sua realidade vital encarnada nos fatos da vida do homem hoje. As situações históricas e as aspirações autenticamente humanas constituem parte indispensável do conteúdo da catequese. E devem ser interpretadas seriamente, dentro de seu contexto atual, à luz experiências vivenciais do Povo de Israel, de Cristo e da comunidade eclesial, na qual o Espírito de Cristo Ressuscitado vive e opera continuamente (Medellín, cap. 8, nº6).

A Conferência de Medellín defendia ainda, uma catequese situacional e a educação libertadora, bem como uma catequese permanente. Uma das mais importantes contribuições de Medellín à pastoral latino-americana foi a de ter pensado e impulsionado a proposta que apontava o homem como parte de um contexto, valorizando, assim, a história à luz da Palavra de Deus, que provoca uma mensagem libertadora para as comunidades cristãs (JUNQUEIRA et Wagner, 2004). Tema que a *Evangelii Nuntiandi* traz e, com isso, fortalece a teologia e a visão dos movimentos latino-americanos que surgiam.

Como núcleo e centro da sua Boa Nova, Cristo anuncia a salvação, esse grande dom de Deus que é libertação de tudo aquilo que oprime o homem, e que é libertação sobretudo do pecado e do maligno, na alegria de conhecer a Deus e de ser por ele conhecido, de o ver e de se entregar a ele. Tudo isto começa durante a vida do mesmo Cristo e é definitivamente alcançado pela sua morte e ressurreição; mas deve ser prosseguido, pacientemente, no decorrer da história, para vir a ser plenamente realizado no dia da última vinda de Cristo, que ninguém, a não ser o Pai, sabe quando se verificará (EN, n.6).

Esse e outros temas tratados pela exortação apostólica, fizeram com que ela repercutisse ampla e fortemente na Igreja e fosse objeto de muitas reflexões nas comunidades e, especialmente, nos grupos de reflexão dos que atuavam na evangelização e na catequese. A própria Conferência Episcopal de Puebla terá como inspiração essa exortação, e procurará, a partir dela, descobrir quais caminhos deve tomar a evangelização na América Latina.

3.4. A catequese hoje

É durante as décadas de setenta e oitenta que a Teologia da Libertação se consolida e também influencia de maneira mais eficaz todo o processo catequético e latino-americano.

Sob essa influência e também do Sínodo dos Bispos de 1977 sobre a catequese, de Puebla e do estímulo do Papa João Paulo II tanto com a exortação apostólica *Catechesi Tradendae*, como através de vários pronunciamentos e encontros com o episcopado brasileiro por ocasião de sua primeira visita ao Brasil em 1980, foi publicado em 1983 o com o título de Catequese Renovada: “*Orientações e conteúdo*”, o documento que pode ser considerado o ponto de chegada de todo o esforço de transformação catequética que já vinha caminhando.

Esse documento foi pensado por muitos catequistas de base em seu processo, o que ajudou e fez com ele tivesse grande receptividade pelos catequistas e chegou a ter 37 edições, além das edições simplificadas e populares. Posteriormente, dois outros documentos completam a renovação da catequese: “Textos e Manuais da catequese: elaboração, análise, avaliação” (1987) e “Formação dos catequistas: critérios pastorais” (1990).

Deste modo, a catequese vai definindo seu rosto pós-conciliar, atual e libertador, pois após a renovação do Concílio Vaticano II, o movimento que foi desencadeado pelo Encontro Nacional do Rio de Janeiro, as Conferências de Medellín e Puebla, desembocando no já citado documento “Catequese Renovada” e outros sucessivos, é que a catequese toma para si a responsabilidade conjunta (com as outras pastorais e movimentos) e humana, dos meios que envolvem o homem (LIMA, 2009).

No início da década de 90 se dá a publicação das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil e também os acontecimentos em torno da Assembleia de Santo Domingo (1992), onde se caracteriza sobretudo o problema da inculturação, e será tratado no Brasil, mais precisamente no 7º Encontro Nacional de Catequese realizado em Belo Horizonte (1997).

A partir daí, as discussões sobre a catequese começam a ganhar novas propostas como a espiritualidade do catequista ou uma experiência de Deus por parte do catequisando.

Tudo isso conduzirá a Igreja a elaborar um diretório de catequese, o “Diretório Geral da Catequese” (1995) que apresenta uma catequese que deve estar a serviço da iniciação cristã e voltada para os adultos, tema que será ainda discutido alguns

anos depois na “II Semana Brasileira de Catequese”, que vem reforçar essa temática com seu tema: “Com adultos, catequese adulta.”

Esse processo de catequese para adultos toma destaque e enfoque privilegiado no Diretório Nacional da Catequese da CNBB (2006), que torna-se um marco na história da catequese nacional, por ser um dos materiais mais completos já elaborados (LIMA, 2009).

Na sequência das novas transformações de pensamento, acontece a III Semana Latino-Americana de Catequese, que destacou além dos já citados, também o processo catecumenal da catequese e a importância da liturgia na educação da fé. E essa Semana de Catequese Latino-americana visava a preparação das discussões sobre a catequese no Continente em vista da V Conferência do Episcopado Latino-Americano que se deu em Aparecida (2007) e teve como lema: “Discípulos e Missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida”.

Em termos de catequese, o documento final de Aparecida consagrou as linhas do Diretório Geral para a Catequese e do Diretório Nacional, tendo como centro a iniciação cristã, a catequese a partir da inspiração catecumenal, o testemunho de vida do catequista e da comunidade e atuação do discípulo missionário na transformação da sociedade. Tudo isso vai na mesma direção que o Concílio Vaticano II apontou em relação a missão dos catequistas.

É digno de elogio aquele exército com tantos méritos na obra das missões entre pagãos, o exército dos catequistas, homens e mulheres, que, cheios do espírito apostólico, prestam com grandes trabalhos uma ajuda singular e absolutamente necessária à expansão da fé e da Igreja. Hoje em dia, em razão da escassez de clero para evangelizar tão grandes multidões e exercer o ministério pastoral, o ofício dos catequistas tem muitíssima importância (AG, n. 17).

Pensamento acerca desta missão que se consolida no pontificado Papa Francisco com a Carta Apostólica sob forma de Motu Próprio *Antiquum Ministerium* (2021) que reconhece a missão de catequista como um ministério, recordando que esse serviço não começou nossos tempos, mas que faz parte da fidelidade de homens e mulheres que incansavelmente transmitem ao mundo aquilo que cremos.

Não se pode esquecer a multidão incontável de leigos e leigas que tomaram parte, diretamente, na difusão do Evangelho através do ensino catequístico. Homens e mulheres, animados por uma grande fé e verdadeiras testemunhas de santidade, que, em alguns casos, foram mesmo fundadores de Igrejas, chegando até a dar a sua vida.

Também nos nossos dias, há muitos catequistas competentes e perseverantes que estão à frente de comunidades em diferentes regiões, realizando uma missão insubstituível na transmissão e aprofundamento da fé. A longa série de Beatos, Santos e Mártires catequistas que marcou a missão da Igreja, merece ser conhecida, pois constitui uma fonte fecunda não só para a catequese, mas também para toda a história da espiritualidade cristã (AtM n. 3).

Assim sendo, na caminhada de uma catequese sempre mais estruturada e capaz de transmitir as verdades da fé, a Igreja tem cada vez mais discutido e apostado na catequese e em seus ministros, sem deixar de sempre estar atenta aos sinais próprios de cada época com suas transformações. Lembrando sempre que aquele homem que recebe a Mensagem da Salvação, não é alguém abstrato como lembra Paulo VI na *Evagelli Nuntiandi*. “O homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto de problemas sociais e econômicos” (EN n. 31).

Ou seja, a catequese de hoje caminha consciente de sua missão evangélica, sem ignorar que trabalha em conjunto e que não apresenta a fé a uma outra coisa, senão ao homem, destinatário de toda a obra de Deus, seja no plano da criação ou no plano da redenção, e que deve mostrar ao mundo uma evangelização que mostra as injustiças do tempo que devem ser vencidas e a justiça que deve ser restaurada.

CONCLUSÃO

A catequese católica é tão importante para a propagação da fé que coloca em toda a história, os olhos da Igreja voltados com atenção para sua organização. O modo como essa estruturação acontece é o que acaba, vez ou outra, desviando a atenção daqueles que pensam sobre essa importante atividade, a respeito de como ela vem acontecendo, pois, a disposição daqueles que fazem parte da catequese é construída dentro do espaço social que ele ocupa, fazendo assim, com que muitas vezes isso passe despercebido e torne possível o risco de que todo o processo fique desatualizado.

Há em cada sujeito uma objetividade que é interiorizada e posteriormente, exteriorizada, fazendo com que o meio em que ele está, seja transformado também.

Esse trabalho de conclusão de curso procurou refletir sobre a catequese e seus desdobramentos por meio da análise histórica do processo catequético, procurando demonstrar como os mecanismos de estruturação histórica se desenvolvem e como implicam na realidade brasileira de estruturação da catequese com suas particularidades culturais, econômicas e sociais, para construir uma catequese que seja libertadora e acessível, como ela vem buscando ser.

Olhando para a catequese no Brasil, vemos que etapas históricas da relação entre Igreja e Estado, influenciaram diretamente no desenrolar da evangelização em território brasileiro, uma vez que a separação entre Igreja e Estado, um dos mais importantes episódios da história cristã no Brasil, foi encarada de forma diferente, pelos diferentes setores.

Mas não é difícil perceber que nas vezes em que a Igreja esteve em aliança com o poder temporal, não foi o Estado que saiu “prejudicado” e podemos analisar este fato, a partir de um panorama geral, seja nos primeiros séculos da era cristã, quando por muitas vezes a fé foi instrumentalizada por líderes políticos que não visavam uma adesão sincera à fé, mas sim seus “privilégios” e suas “honorarias”. Este problema se estende aos tempos mais próximos, quando vemos que a Igreja no período da aliança do padroado, por exemplo, ao pensar que ordenava o que a Coroa deveria fazer, na verdade era conduzida seu próprio sufocamento.

O Estado passa, assim a conduzir, por muito tempo, os passos da evangelização dos territórios que conquista, pois o direito de assim fazer, fora concedido pela própria Igreja. Sendo assim, quando a Igreja se liberta das amarras do poder civil, percebe a possibilidade de decidir os caminhos que deve seguir, não alheia ao tempo presente, mas também não dependente de ordem exteriores.

Com isso, a compreensão de si é transformada e enriquecida, não só com os fatores seculares, mas também que com as mudanças que a Igreja passa a realizar a partir de si mesma, como quando passa a investir e apoiar os movimentos populares e a inserção dos leigos e leigas nas realidades catequéticas e tiram sua dependência do clero.

A catequese passa a alçar voos cada vez mais seguros, na medida em que a Igreja percebe que o sujeito evangelizado é também agente da evangelização, e deixa de pensar uma catequese que naturalmente passe pelas transformações do tempo sem ser pensada e organizada com empenho de pesquisas, estudos e debates.

Todas essas questões ficam mais evidentes nos períodos pré e pós Concílio Vaticano II, onde novos ares entram nos pulmões da Igreja e ela é convidada a trilhar novos caminhos. A catequese não tem documento nominalmente destinado a ela neste Concílio, mas é amplamente debatida pelos padres conciliares, o que faz com que as diversas Conferências Episcopais avancem no tema, com o surgimento dos documentos que nortearam a catequese no período.

Ainda estamos distantes de uma estrutura catequética realmente libertadora, que seja capaz de vencer as injustiças do tempo em que está inserida sem se esquecer da história para que não seja alienada em si mesma. Mas é igualmente verdade que os largos passos que já foram dados por essa que é a menina dos olhos (que deve ser) da Igreja, já avançou importantes mudanças, percebendo que seu papel vai além dos encontros de catequese, mas que antes de tudo é uma catequese que tenha voz forte frente às desigualdades que são constantemente reproduzidas e reafirmadas em nosso tempo.

Por fim, longe das discussões dos grupos que pensam uma catequese cada vez mais fechada em si, a Igreja tem indicado os passos que a mesma deve seguir, que precisa ser uma anunciadora, não de uma ideia, mas de uma Pessoa, o Cristo Ressuscitado, que ordenou a todos os que ele chamou, que anunciassem para todas as criaturas, as Boas novas do Reino e que batizassem aqueles que cressem, para que sejam salvos (cf. Mc 16,15-16).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO DE HIPONA. *Tratado sobre o batismo*. Trad. e notas de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2019.
- _____. *A fé e as obras*. Niterói: Editora Teodoro, 2018.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- ATANASIO DE ALEXANDRIA. *Apologia contra os Arianos*. São Paulo: Edições História Magna, 2021.
- AZZI, Riolando. *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- _____. *O Altar Unido ao Trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BASÍLIO DE CESAREIA. *Basílio de Cesaréia: Homilia sobre Lucas 12. Homilias sobre a origem do homem. Tratado sobre o Espírito Santo*. São Paulo: Paulus, 2005.
- BELINQUETE, José. *História da Catequese*. Palheira: Editora Coimbra, s.d.
- BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução Oficial da CNBB. 2ª ed. Brasília: Edições CNBB, 2019.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON; Jean-Claude. *Os Herdeiros: os estudantes e a cultura*. Tradução: Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. 2º ed., Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos da Educação*. Organizadores: Maria Alice Nogueira; Afrânio Catani. 15º ed., Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRUNO, L. *Educação e desenvolvimento econômico no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, v.16, n.48 set.- dez. 2011.
- CINTRA, Sebastião Leme da Silveira. *Carta Pastoral do Cardeal Leme*. Petrópolis: Vozes, s.d.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo hoje. In: Documentos do concílio ecumênico vaticano ii (1962-1965). 1. ed. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 2007.

III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Conclusões de Puebla São Paulo: Loyola, 1982

IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *Santo Domingo: texto conclusivo IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. São Paulo: Paulinas, 1992.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1999.

CORTI, Ana Paula. *À Deriva. Um Estudo Sobre a Expansão do Ensino Médio no Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, Antônio de Macedo. *A Liberdade de Cultos: Representações à Assembleia Geral Legislativa*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1956.

CUNHA, L. A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2º ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. *Decreto Ad Gentes: sobre a atividade missionária da Igreja*. In: Documentos do concílio ecumênico vaticano ii (1962-1965). 1. ed. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 2007.

DE LUCCA, Deise Aparecida Lopes. *O ensino técnico integrado ao médio (ETIM) e o processo de democratização escolar: uma análise das percepções de alunos a partir da teoria de Pierre Bourdieu*. São Paulo: CPS, 2019.

DIAS, Carlos Malheiro. *História da Colonização Portuguesa do Brasil: edição monumental do primeiro centenário da Independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1924.

DIDAQUÉ: Instrução dos Apóstolos. Petrópolis: Vozes, 1970.

DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Petrus. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Loyola /Paulinas, 2007.

FRANCISCO. *Carta Apostólica Antiquum Ministerium: Pela qual se institui o ministério de catequista*. São Paulo: Paulinas, 2022.

GREGÓRIO DE NISSA. GREGÓRIO DE NISSA, "Contra Eunumium I et III". In *Dizionario, Città Nuova, Roma, 2007. pp. 135- 146*.

HIPÓLITO DE ROMA. *Tradição Apostólica de Hipólito de Roma: liturgia e catequese em Roma no século III*. Trad. Maria da Glória Novak. Petrópolis: Vozes, 1971.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro 1550-1800*. Petrópolis: Vozes, 1974.

- JERÔNIMO. *Comentário Sobre o Evangelho de Mateus*. São Paulo: Paulus, 2021.
- JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*. São Paulo: Paulinas, 1979.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; WAGNER, Raul. *O Ensino Religioso no Brasil*. Curitiba: Champagnat, 2004.
- LEITE, Serafim Pe. S.I. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- LIMA, Luiz Alves de. *A Catequese do Vaticano II aos nossos dias: caminho de uma catequese a serviço da iniciação à Vida Cristã*. São Paulo: Paulus, 2016.
- LUSTOSA, Oscar Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil-República: cem anos de compromisso: 1889-1989*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- _____. *Política e Igreja: o partido católico no Brasil, mito ou realidade?*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- _____. *Catequese Católica no Brasil: para uma história de evangelização*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- MIRANDA, Marcos Venício de Oliveira. *A Igreja no período antigo: o catecumenato na evangelização*. IN: Espaço Teológico, v. 6, n. 10, São Paulo, jul/dez-2012, p.70-74.
- NOGUEIRA, M.A. *A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições*. *Educação e Sociedade*. Ano XXIII, n° 78, abril, 2002.
- PAULO VI. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi: sobre a evangelização no mundo contemporâneo*. 22° ed. 4°. Reimpressão. São Paulo: Paulinas, 2016.
- PIERRARD, Pierre. *História da Igreja Católica*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- PIO X. *Carta Encíclica Acerbo Nimis sobre o Ensino de Catecismo em 15 de abril de 1905*. Rio de Janeiro: Vozes, 1946.
- PIO XI. *Moto Proprio Orbem Catholicum*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/la/motu_proprio/documents/hf_p-xi_motu-proprio_19230629_orbem-catholicum.html. Acesso em: 10 de fev. de 2023.
- PIO XII. *Carta encíclica Mystici corporis*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html. Acesso em: 2 de mar. de 2023.
- RIO DE JANEIRO. Decreto n°181, de 24 de janeiro de 1890. Promulga a lei sobre o casamento civil. Disponível em: Base Legislação da Presidência da República - Decreto n° 181 de 24 de janeiro de 1890 (presidencia.gov.br). Acesso em: 7 de dez. 2022.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº521, de 26 de junho de 1890. Proíbe cerimônias religiosas matrimoniais antes de celebrado o casamento civil. Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 7 de dez. 2022.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 789, de 27 de setembro de 1890. Estabelece a secularização dos cemitérios. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 7 de dez. 2022.

RODRIGUES, Maria Paula; MARIN, Darci L. *Catequese Hoje: novas ideias para evangelizar no terceiro milênio*. São Paulo: Paulus, 2003.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 21º ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Carine Silvestrini Sena Lima da. *Interfaces entre estilos de vida de universitários, seus habitus e as ações de programação a saúde empreendidas na universidade*. Niterói: [s.n.], 2022.

SILVA, Duarte Leopoldo e. *O Clero e a Independência*. São Paulo: Loyola, 1985.

SOUZA, Ney de. *Cristianismo: a vida dos primeiros cristãos*. São Paulo: Palavra e Prece, 2010.

_____. *Uma análise da sociedade no caminho do Vaticano II*. Revista de Cultura Teológica. Ano XII, n. 48, 2004, São Paulo, IESP/PFTNSA, p. 28; COMBLIN, J. Dalla fine Del pontificato di Pio XII. In: VORGRIMLER, h.; VANDER GUCHT, R. (Orgs.).

_____. *História da Igreja: notas introdutórias*. Petrópolis: Vozes, 2020

